

A necessidade de aplicar os conceitos da arquitetura sustentável

Vinicius Barbosa*

Nessa leva de conscientização atual, a construção civil se vê obrigada a implementar conceitos sustentáveis nas edificações. Atualmente, existe uma demanda globalizada de produtos, fato gerado pela estreita relação entre as nações por conta da facilidade de comunicação – internet, telefonia móvel, satélites, da velocidade dos meios de transporte e, principalmente, da produção em grande escala. No entanto, apesar dos diversos benefícios que o mercado global oferece para o conforto dos mais isolados povos, surge o fator meio ambiente como o maior afetado pelo consumo desequilibrado.

Nunca o homem se vangloriou tanto de suas conquistas intelectuais, científicas, tecnológicas, assim como nunca antes reclamou com tanta intensidade dos prejuízos que esse desenvolvimento trouxe ao meio ambiente. E onde o arquiteto tem responsabilidade na questão?

Nos diversos períodos da história, observam-se construções características em cada região. As edificações em mármore de Roma, o branco homogêneo das Ilhas Gregas e os tijolos vermelhos aparentes da reconstruída Toulouse representam não somente o reflexo da cultura de seus respectivos povos em forma de arquitetura, mas, primordialmente, a condição imposta

ao homem pela natureza quanto à disponibilidade de matéria-prima. É óbvio que antigamente os construtores não tinham muita opção, a não ser utilizar os materiais disponíveis no entorno imediato, exceto, talvez, no caso das grandes edificações públicas, devido ao preço do transporte.

Mas, além de cada povo ser imortalizado pelo seu estilo arquitetônico, ganhava-se em vários aspectos técnicos, como, por exemplo, maior eficiência termo-acústica devido à aplicação das grossas paredes de adobe ou de pedra. A natureza é perfeita, comprova a ciência, pois “especifica” as matérias-primas que melhor se comportam no meio em que se localiza.

Degradação

Com o avanço tecnológico, o homem descobriu, exigiu e passou a transportar materiais construtivos de uma cidade para outra, ocasionando produção maior para cobrir a demanda. Estes fatores são geradores de poluição, contribuem para o desequilíbrio ambiental e acarretam perda de qualidade de vida – o transporte rodoviário necessita de combustíveis fósseis, que são emissores de gases poluidores da atmosfera, e de pneus, clássicos "inimigos" do meio ambiente, devido tanto pelo processo de produção quanto pelo tempo de degradação, visto que não existe uma política efetiva de reciclagem.

Sem contar as duvidosas soluções importadas como, por exemplo, as empenas de vidro em climas tropicais, que levam a nos

questionar sobre até que ponto é saudável a satisfação estética em detrimento do meio em que vivemos. A importância do arquiteto no controle ambiental é fundamental e simbiótica, pois quando uma solução bem sucedida é utilizada em larga escala, modifica significativamente o contexto urbano, visto que onde há progresso há edifícios.

Um grande apoio a tais inovações vem sendo dado pelos diversos eventos temáticos, como o Casa Cor e o Casa Nova, que têm bastante visibilidade – quando não dos formadores de opinião – das classes de poder aquisitivo elevado. Nessas ocasiões, surge a grande oportunidade de se desvincular o projeto sustentável da imagem de subsistência, de primitivismo freqüentemente exibido em matérias jornalísticas televisivas; uma vez que se buscam aplicações de materiais, técnicas e tecnologia em um modelo de bom gosto. Existe um público com poder de compra que, mesmo com desejo pelo sustentável, evita ou teme a arquitetura ecologicamente correta, por desconhecer as possibilidades esteticamente favoráveis que a mesma pode proporcionar.

Bons exemplos

Um importante passo legal foi dado – e em alguns anos será uma realidade – na garantia do processo ambientalmente responsável de aprovação de projetos na Europa. A nova legislação de obras do Reino Unido, que exigirá a partir de 2016 um modelo construtivo sustentável – layout e equipamentos em prol da

geração própria de energia, com redução de poluição emitida na atmosfera, obtendo-se inclusive incentivos fiscais -, dita uma nova ordem arquitetônica mundial, ratificando o papel fundamental do arquiteto na recuperação do bem estar global.

O Brasil tem um bem sucedido processo de responsabilidade ambiental, só que ele está mais relacionado à pobreza e à falta de oportunidades no campo de trabalho do que a uma preocupação social e governamental. Onde, por exemplo, catadores de latinhas vêm na reciclagem sua tábua de salvação, há um avanço grande em relação a soluções inovadoras e criativas.

Bons exemplos na construção são o reaproveitamento de alumínio proveniente de embalagens tipo longa vida para fabricação de telhas e a aplicação das garrafas PET em iluminação zenital, como estrutura flutuante para casas fluviais ou até em sistemas de aquecimento de água, evitando que uma quantidade significativa destes ditos "descartáveis" seja despejada nos já saturados lixões.

Para que situações como essas se tornem uma realidade mais próxima, sem mesmo a necessidade de imposições legais, os profissionais têm a responsabilidade de fazer da arquitetura bioclimática um motivo de ampla satisfação para os clientes, seja pelo bem sucedido resultado estético como, principalmente, pelo retorno financeiro a médio prazo.

Devem-se demonstrar no papel os benefícios relacionados a conforto, beleza, harmonia mas, principalmente, economia, o que não é tarefa das mais fáceis. É preciso uma boa dose de

habilidade para convencer um cliente que determinada solução imediatamente mais cara pode virar lucro no futuro.

É o que acontece em países como a Alemanha, cujas residências com sistema de geração própria de energia (eólica e solar, essencialmente) que, quando acumulada em excesso, pode ser transferida para a rede da concessionária, gerando créditos ao próprio consumidor. A finalidade não é lucrativa, mas de aproveitamento de uma quantidade de watts gerados além do necessário em casos fortuitos de ausência provisória, tais como períodos em que as famílias viajam.

No Brasil, este artifício ainda não é regulamentado. Mas, não tardará para acontecer, desde que os órgãos competentes entendam o processo que é de âmbito mundial; enxerguem a singular capacidade diversificada energética de nosso país; e saibam utilizar tudo isso em benefício da economia nacional. O quanto antes buscarmos soluções racionais e viáveis, mais rápido teremos resultados no futuro. Cabe a cada um reconhecer como, onde e o que é lucrativo nesse mercado. E se os profissionais da construção civil fizerem sua parte, a sociedade como um todo só terá a ganhar.

(*) Arquiteto e Urbanista

CREA RJ-160940/D

<http://www.viniciusbarbosa.com.br>